

ARGENTINA E BRASIL

EUGENIO GUDIN

O professor Raul Prebisch, eminente economista argentino, ex-superintendente de seu Banco Central e hoje secretário geral da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foi agora chamado para Conselheiro Econômico do novo governo argentino.

A escolha não podia ser mais feliz, com o prova o seu relatório que acaba de ser publicado.

Não pretendemos analisar o notável trabalho de Prebisch e sim apenas transcrever alguns trechos do seu relatório que parecem escritos especialmente para o Brasil.

1) — Sobre o balanço de pagamentos: "Não se pode dizer que o algarismo do total de nossos compromissos em moeda estrangeira seja por demais elevado em relação ao potencial econômico do país. O que nos causa ansiedade é a natureza peremptória e o curto prazo das nossas responsabilidades."

2) — Sobre as compras a prazo e sobre os acordos bilaterais de comércio exterior, diz o relatório: "As importações com pagamentos a prazo, além de terem contribuído fortemente para um acúmulo desaconselhável de obrigações no exterior, fizeram com que a Argentina tivesse de pagar preços apreciavelmente majorados. Os acordos bilaterais também contribuíram para isso. Esses acordos, dividindo o comércio do país em compartimentos estanques fizeram com que os preços (especialmente das importações) perdessem relação com os preços internacionais" (com vistas ao Itamarati)... Calcula-se que esses dois fatores são responsáveis por uma majoração de preços não inferior a 20%.

3) — "Três são os principais fatores que nos conduziram à precária situação cambial presente: 1. ... 2. ... 3) o aumento considerável das importações de petróleo, por não ter o país sabido tirar melhor aproveitamento de seus recursos naturais".

4) — "A Agricultura não tem recebido os incentivos necessários a seu progresso técnico... incompreensão de que o processo de industrialização do país depende, em grande parte, de sua produção rural".

5) — Em consequência da inflação... o Estado foi desnecessariamente levado a se imiscuir em operações do Comércio e da Indústria. Isso resultou em uma perversão burocrática das atividades da economia privada, com o resultado de desorganizar o desenvolvimento salutar da economia e da administração".

6) — "O Capital Estrangeiro tem sido objeto de controversias na Argentina e é necessário que a opinião pública seja esclarecida a respeito. Se desejamos resolver rapidamente a crise em que nos debatemos, precisamos de empréstimos privados e de investimentos estrangeiros. Se, entretanto, não os desejamos, então o país deve conformar-se em continuar indefinidamente em sua precária situação atual. Isso são fatos que não podem ser mudados".

"Se a Argentina escolher a primeira alternativa, será essencial estabelecer condições favoráveis à entrada de capitais, a começar pela cessação da inflação e por medidas severas para conseguir o equilíbrio do balanço de pagamentos"...

As fraudes na exportação de café

"CORREIO DA MANHÃ", 11/11/55

A propósito da atitude do IBC em relação às denúncias constantes de fraudes na exportação do café no porto de Santos, sr. Paulo Guzzo presidente daquele órgão declarou o seguinte:

"Já tenho conhecimento e já existe grande quantidade de inquéritos em curso, decorrentes de flagrantes constatados por fiscais do IBC, que atuam em Santos.

Embora reconheça o sr. Paulo Guzzo que a fraude prejudica os interesses econômicos do país, vai contornar a situação e não adotará medida que possa influir no volume de exportação do café, mesmo que seja para moralizar a questão.

Estiveram na Secretaria da Agricultura a fim de conferenciar com o sr. Lincoln Feliciano sobre problemas de exportação do café pelo porto de Santos membros da Associação Comercial Santista. A par do assunto, o sr. Lincoln Feliciano acompanhou a comissão na visita que esta fez ao sr. Carvalho Pinto, secretário da Fazenda.

O sr. Geraldo Gomide Peixoto, presidente da Associação Comercial de Santos, expôs a questão aos representantes do governo paulista tendo dito entre outras coisas o seguinte:

"O que está ocorrendo com a exportação do café, em Santos deve-se a fatores políticos, que interferem no IBC. Em razão das diferenças de registro de exportação os portos de Paranaguá e do Rio de Janeiro podem exportar mais café inclusive de compras feitas na própria lavoura paulista onde compra o produto ao preço mais elevado. O que pretendemos conseguir é o apoio do governo paulista, na pressão contra o governo da União no sentido de que seja estabelecida para o porto de Santos uma igualdade de tratamento no embarque do IBC".

A vista da falha fiscalização nos portos do Rio e de Paranaguá, os exportadores de café ludibriam os órgãos controladores e embarcam um produto de certa categoria enquanto registram outro de categoria inferior. Isto está acontecendo, principalmente, com o café tipo "Rio" registrado no Rio a Cr\$ 260,00 e em Santos a Cr\$ 348,00.

No porto de Santos a fiscalização é severa e os negócios só podem ser feitos à base das leis vigentes, explicando-se portanto o maior número de pretendente à exportação nos outros portos, que oferecem vantagens.

O objetivo da Associação Comercial de Santos, que conta já com o prometido apoio dos secretários da Fazenda e da Agricultura, é a instituição do saque único para o café, o que significa uma medida moralizadora na exportação em todos os portos e consiste numa liberação parcial das vendas.

Porque não aproveitar as lições da experiência alheia, quando ela confirma tão integralmente a nossa própria e quando os conselhos vêm de fonte tão imparcial e tão autorizada?